



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**MARIA SUELI FILGUEIRA DA SILVA**

**PERÍCIA CONTÁBIL: OPINIÃO DE PERITOS CONTADORES SOBRE A  
EFETIVIDADE DOS LAUDOS EMITIDOS NO ÂMBITO DA JUSTIÇA**

**JOÃO PESSOA  
2018**

**MARIA SUELI FILGUEIRA DA SILVA**

**PERÍCIA CONTÁBIL: OPINIÃO DE PERITOS CONTADORES SOBRE A  
EFETIVIDADE DOS LAUDOS EMITIDOS NO ÂMBITO DA JUSTIÇA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Nóbrega Cavalcante

**JOÃO PESSOA**  
**2018**

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

S586p Silva, Maria Sueli Filgueira da.

PERÍCIA CONTÁBIL: OPINIÃO DE PERITOS CONTADORES SOBRE A  
EFETIVIDADE DOS LAUDOS EMITIDOS NO ÂMBITO DA JUSTIÇA /

Maria Sueli Filgueira da Silva. - João Pessoa, 2018.

41 f.

Orientação: Prof Dr Paulo Roberto Nóbrega Cavalcate.  
Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Perícia Contábil. Efetividade. Laudo pericial. I.  
Cavalcate, Prof Dr Paulo Roberto Nóbrega. II. Título.

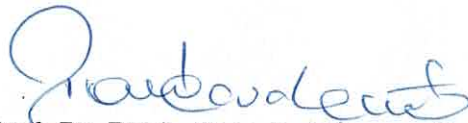
UFPB/BC

**MARIA SUELI FILGUEIRA DA SILVA**

**PERÍCIA CONTÁBIL: OPINIÃO DE PERITOS CONTADORES SOBRE A  
EFETIVIDADE DOS LAUDOS EMITIDOS NO ÂMBITO DA JUSTIÇA**

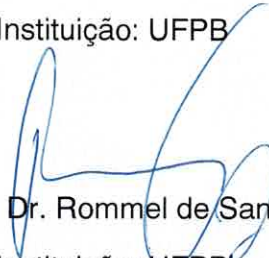
Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pelo Departamento de Finanças e Contabilidade da Universidade Federal da Paraíba.

**BANCA EXAMINADORA**



Presidente Prof. Dr. Paulo Roberto Nóbrega Cavalcante (Orientador)

Instituição: UFPB



Membro: Prof. Dr. Rommel de Santana Freire

Instituição: UFPB



Membro: Prof. Dr. Wenner Glaucio Lopes Lucena

Instituição: UFPB

João Pessoa, 22 de outubro de 2018.

*Ao meu filho Davi e à minha família,  
por todo apoio e dedicação que  
sempre recebi ao longo da minha  
graduação. Vocês foram essenciais,  
muito obrigada!*

## AGRADECIMENTOS

A Deus por sua infinita misericórdia e seu amor, que me permitiu vivenciar esses anos de oportunidades, aprendizado e muito crescimento pessoal, me capacitando e me guiando ao longo da caminhada, tudo o que sinto é gratidão.

Ao meu pai, Severino Ferreira da Silva (*in memoriam*), homem do campo, foi batalhador, e à minha mãe, Maria da Penha Filgueira da Silva, uma mulher de fé perseverante que “gastou” sua vida em favor dos filhos e da família, com muito amor e zelo pela nossa formação mais importante que é uma boa formação humana.

Às minhas irmãs Maria da Conceição, Selma e ao meu irmão Sérgio, que se dedicaram com muito amor nessa jornada, depositando palavras de incentivo e motivação, combustível para eu nunca desistir dos meus sonhos. Minha gratidão e meu amor.

Às minhas sobrinhas, Cassiane, Sidya, Evly, ao meu sobrinho Wallace, ao meu cunhado Daniel, à minha cunhada Eloia, pela força e incentivo que me foi concedido. Obrigada.

Ao meu esposo Gilvan Ribeiro Alves, que abriu mão dos seus sonhos para que eu pudesse realizar o meu. Obrigada por me amar e se dedicar com tanta paciência para comigo, e por cuidar do nosso pequeno Davi com tanto zelo nas horas que eu estive longe, você é um grande homem. Amo-Te!

Ao meu filho Davi Ribeiro Alves, por ser minha luz. Desde a sua chegada meus olhos adquiriram um brilho ímpar, você me inspira a ser uma pessoa melhor, a ir mais longe, para você todo o meu amor. Que o Senhor o abençoe em tudo e que você cresça em estatura e em conhecimento para a glória de Deus.

Ao meu orientador Dr. Paulo Roberto Nóbrega Cavalcante, um grande incentivador e motivador, excelente em tudo o que faz, tive a honra de ser aluna e orientanda, o que só me enriqueceu como pessoa, muito obrigada por tudo, por ter me tratado com tanto respeito, carinho e paciência, que Deus sempre o abençoe.

A todos os professores da graduação, por todo aprendizado, aos coordenadores, em especial o Prof. Dr. Moisés Araújo Almeida, grande professor, participou de forma especial em minha vida, motivando e extraindo o melhor de mim na caminhada acadêmica. Obrigada de coração.

À Coordenadora do TCC, Profa. Dra. Victória Puntriano Zúñiga, e ao “projeto Descomplica TCC” pelo apoio, minha gratidão.

Aos meus colegas de classe, que trilharam esse caminho comigo, em especial às minhas amigas, Luana, Elaine, Thayanna, Rivania e Zulmira, nossa turma era a melhor por causa de vocês, obrigada pela amizade e amor, da graduação para à vida.

Por fim, obrigada a todos que participaram dessa jornada comigo, essa vitória também é de vocês.

## RESUMO

O exercício da perícia no âmbito da Justiça não é algo novo. Sempre que o juiz precisa tomar decisões a respeito de matéria a da qual não possui o conhecimento técnico suficiente para embasar a decisão, um perito é chamado, cabendo destacar entre a natureza das perícias realizadas no contexto da Justiça, o trabalho do perito contador. O objetivo deste estudo foi identificar a percepção dos peritos contábeis em relação a efetividade do emprego do laudo pericial, que se constitui no produto final do trabalho do perito, na solução de questões discutidas no âmbito da justiça. A pesquisa encontrou justificativa na relevância que a perícia contábil tem como instrumento auxiliar do juiz no seu processo decisório. A pesquisa foi desenvolvida optando por metodologia do tipo levantamento (survey), com questionário e análise qualitativa e quantitativa dos dados coletados, para fundamentar a solução do problema de pesquisa levantado. Os resultados do trabalho indicaram que os peritos têm uma percepção que o laudo pericial é efetivo no contexto a Justiça, isto está demonstrado no percentual de peritos que afirmaram perceber que o laudo prevaleceu integralmente para a decisão do juiz.

**Palavras-chave:** Perícia Contábil. Efetividade. Laudo pericial.

## ABSTRACT

The exercise of expertise in the field of justice is not something new. Whenever the judge needs to make decisions regarding subjects in which he does not have the technical knowledge to support the decision, an expert is called, and its role is highlighted between the kind of the expertise carried out in the context of justice, the work of the Expert Accountant. The objective of this study was to identify the perception of the accounting experts in relation to the effectiveness of the employment of the forensic report, which is constituted in the final product of the Court. The research found justification in the relevance that the accounting expertise has as an auxiliary instrument of the judge in its decision process. The research was developed by opting for survey type methodology, with questionnaire and qualitative analysis and quantification of the collected data, to substantiate the solution of the survey problem investigated. The results of the work indicated that the experts have a perception that the expert report is effective in the context of justice, this is demonstrated in the percentage of experts who claimed to realize that the report prevailed in full for the decision of the Judge.

**Keywords:** Accounting Expertise. Effectiveness. Forensics Report.



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Gênero .....	24
Gráfico 2 - Faixa etária .....	25
Gráfico 3 - Escola de formação .....	25
Gráfico 4 - Tempo de formação .....	26
Gráfico 5 - Formação complementar .....	27
Gráfico 6 - Tempo de exercício da perícia contábil .....	27
Gráfico 7 - Natureza dos processos em que já atuou v.....	28
Gráfico 8 - Documentos utilizados como objeto para a elaboração do laudo .....	28
Gráfico 9 - Número de laudos emitidos para a justiça .....	29
Gráfico 10 - Opinião sobre a efetividade da perícia .....	29
Gráfico 11 - Sobre a sua percepção dos peritos sobre os laudos periciais .....	30

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

CFC – Conselho federal de contabilidade

CNPC - Cadastro Nacional de peritos Contábeis

CPC - Código de Processo Civil

CRC - Conselho Regional de Contabilidade

EQT - Exame de Qualificação Técnica – Perícia Contábil

LPC - Laudo de Perícia Contábil

NBC - Normas Brasileira de Contabilidade

## Sumário

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
1.1	PROBLEMAS DA PESQUISA .....	12
1.2	OBJETIVOS .....	12
1.2.1	Geral .....	12
1.2.2	Específicos.....	12
1.3	JUSTIFICATIVAS .....	13
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>15</b>
2.1	EXERCÍCIO DA PERÍCIA CONTÁBIL .....	15
2.2	RELAÇÃO PERÍCIA CONTÁBIL E JUSTIÇA .....	17
2.3	EFETIVIDADE DO LAUDO PERICIAL.....	19
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>22</b>
3.1	DADOS E O TRATAMENTO .....	23
<b>4</b>	<b>ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>24</b>
4.1	ANÁLISE DO PERFIL.....	24
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>32</b>
	<b>REFERÊNCIA.....</b>	<b>34</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>37</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Entre as possibilidades de atuação de um profissional da área contábil, consta o exercício da perícia contábil, sendo esta desenvolvida especialmente em instâncias judiciais. Tal atividade é compreendida como técnica essencial quando se trata de decidir a respeito de questões que envolvem a determinação de valores que podem ser mensurados, especialmente, a partir de conceitos contábeis.

Nas situações nas quais atua, o Perito Contador pode exercer um papel relevante no auxílio à tomada de decisão dos juízes, isto para a solução do litígio levado até o judiciário. A atuação do profissional perito contábil é fator preponderante nessas situações, direcionando o caminho a ser percorrido pelo magistrado, proporcionando-lhe maior compreensão e veracidade aos fatos a serem julgados.

Conforme etimologia de Sá (2011), “a palavra perícia advém do latim: *peritia* que, em seu sentido apropriado, significa conhecimento (adquirido pela experiência) uma forma geral de ser entendida, aprofundando a execução com rigor”.

Em inglês, derivou da palavra *expert*. Na linguagem jurídica, segundo Santos, Schmidt e Gomes (2006), com o propósito de elucidar ou revelar os acontecimentos, a perícia resulta do exame realizado por peritos devidamente capacitados.

De certo modo, a perícia existe desde os mais remotos tempos da humanidade, tendo a figura do profissional da contabilidade presente em diversos momentos da história, com incumbência de levar a prova verídica ao julgador ou juiz.

A perícia é a análise técnica que viabiliza a manifestação de uma opinião especializada a respeito de um fato em discussão. Para o Direito, é um meio de prova que tem por objetivo, na forma estipulado em lei processual, cooperar para que o Poder Judiciário possa amparar a justiça social (PIRES, 2008).

O produto da perícia contábil faz dela uma atividade relevante para o auxílio e tomada de decisão no âmbito judicial em casos em que o Juiz não detenha de conhecimentos técnicos. Desta forma o magistrado solicita que sejam apresentados laudos técnicos para que o auxilie no julgamento do litígio.

De acordo com Venesa (2004 apud Cruz 2008, p. 47 e 48) “O juiz embora se requeira que seja pessoa de razoável cultura, não pode ser especialista em matérias

técnicas. Quando o deslinde de uma causa depende de conhecimento técnico, o magistrado se valerá de um 'perito' que o auxiliará na questão fática”.

Nestes casos tem-se a perícia contábil judicial. Para Magalhães (2008, p. 4) a perícia contábil judicial pode ser solicitada para efeito de prova ou opinião que exija conhecimento dessa área profissional, com objetivo de auxiliar o Juiz no julgamento de uma lide.

Ornelas (2000, p.33) explana que “quando se relaciona a perícia contábil a fatos ou questões contábeis, é evidente e inerente que estas e aqueles sempre não de referir-se a determinado patrimônio ou parcela deste”.

Alberto (2009, p.7) diz que “a partir do século XVII, criou-se definitivamente a figura do perito (ou árbitro) como auxiliar da justiça, e ao perito extrajudicial, permitindo assim a especialidade do trabalho judicial.” Enquanto no entendimento de Sá (2009, p. 01):

No Brasil, a matéria sobre “Perícia Contábil” foi pela primeira vez incluída para debate perante um evento da classe no I Congresso Brasileiro de Contabilidade de 1924 [...] Foi nesse mesmo congresso que houve necessidade de “Oficialização da perícia judicial, cujos trabalhos seriam atribuídos privativamente aos membros das ditas Câmaras”, ou seja, sobre a pretensão de se atribuir aos Conselhos de Contabilidade, quando criados, a fiscalização do importante trabalho do perito (SA, 2009, p.01).

Lopes de Sá (2002, p. 14) estabelece que “perícia contábil é a verificação de fatos ligados ao patrimônio individualizado visando oferecer opinião, mediante questão proposta.” Enquanto na NBC TP 01 (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC, 2015), perícia contábil está conceituada da seguinte forma:

A perícia contábil constitui o conjunto de procedimentos técnico-científicos destinados a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar a justa solução do litígio ou constatação de fato, mediante laudo pericial contábil e/ou parecer técnico-contábil, em conformidade com as normas jurídicas e profissionais e com a legislação específica no que for pertinente.

De forma ampla, toda parcela do patrimônio que esteja em disputa judicial, e que venha exigir do judiciário um conhecimento aprofundado, técnico, que não estejam ao alcance do conhecimento da matéria em questão, o julgador por sua vez irá solicitar o auxílio do perito, que utilizará sua técnica e ao apresentar o laudo o magistrado julgará o proposto.

Alberto (2002, p. 53) estabelece que “perícia judicial é realizada dentro dos procedimentos processuais do poder judiciário como meio de prova objetiva para elucidar o veredito judicial”.

Portanto o perito é considerado como um colaborador da justiça, responsável por auxiliar o magistrado através da apresentação da veracidade dos fatos a serem julgados. No Capítulo III do Código do Processo Civil - CPC (Lei Nº 13.105, temos esta definição:

Art. 149. São auxiliares da Justiça, além de outros cujas atribuições sejam determinadas pelas normas de organização judiciária, o escrivão, o chefe de secretaria, o oficial de justiça, o perito, o depositário, o administrador, o intérprete, o tradutor, o mediador, o conciliador judicial, o partidor, o distribuidor, o contabilista e o regulador de avarias (CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL LEI Nº 13.105/2015).

É especialidade do perito auxiliar o magistrado em matérias ou situações em que o juiz não detenha de algum conhecimento, fica sob sua responsabilidade alçar as indagações e as provas que irão auxiliar o juiz, com bases, argumentos e provas contundentes no intuito de enaltecer a decisão judicial. Pires afirma que:

O perito é um técnico especialista em determinada matéria científica, a qual escapa ao campo das preocupações intelectuais do juiz, para examinar, vistoriar, avaliar e arbitrar, em seu campo de especialidade. O fato é apresentado ao juiz em versões e com argumentos com os quais as partes procuram conhecê-lo. A função do perito é propiciar ao magistrado a interpretação do fato à luz da sua especialidade (PIRES, 2008, p.36).

Desta forma tem-se como produto da perícia o laudo pericial contábil ou o parecer pericial contábil este desenvolvido pelo perito-contador assistente, cuja indicação ou contratação ocorre quando a parte ou contratante desejar ser assistida por um contador, ou comprovar algo que dependa de conhecimento técnico-científico, conforme estabelece a NBC PP 01 (2015).

Esta norma enfatiza que é indispensável que o profissional perito contábil tenha uma conduta que preze pelo zelo e cuidado na execução da perícia, visto que suas tarefas envolvem documentos, prazos, tratamento dispensado às autoridades, aos integrantes da lide e aos demais profissionais, para que o seu trabalho seja valorizado, respeitado e digno de fé pública.

É de se esperar, portanto, que o produto final do trabalho do perito contábil, qual seja, o laudo pericial, seja usado pelo juiz para solucionar os problemas a respeito dos quais precisa se pronunciar e levar

Nada obstante, considerando o ambiente no qual o trabalho do perito é desenvolvido e, mais especialmente, o produto gerado pelo trabalho desse profissional, é de se considerar que o relatório do perito pode (ou não) cumprir bem o papel que lhe cabe no contexto judicial ou, em outros termos, o relatório pode (ou não) ser efetivo. Ressalta-se que efetividade, neste trabalho, está sendo considerada como sinônimo de utilização (na) e contribuição (para) a solução de litígios no âmbito judicial.

## 1.1 PROBLEMAS DA PESQUISA

Com base na discussão precedente, este trabalho tem como questão de pesquisa: **Qual a efetividade da perícia contábil, na percepção dos peritos, na solução de questões discutidas no âmbito Judicial?**

## 1.2 OBJETIVOS

A solução da questão de pesquisa anteriormente colocada exige o alcance de objetivos de duas naturezas, a saber: geral e específicos.

### 1.2.1 Geral

Este trabalho tem como objetivo geral: Identificar a percepção dos peritos contábeis em relação à efetividade da perícia contábil, na solução de questões discutidas no âmbito judicial.

### 1.2.2 Específicos

Quanto aos objetivos específicos, compreendidos como passos necessários para que seja alcançado o objetivo geral, este trabalho considera:

- Discutir o alcance da Perícia Contábil;
- Esclarecer sobre o emprego da perícia contábil no contexto da Justiça;
- Definir critério para mensurar a percepção dos pesquisados.

### 1.3 JUSTIFICATIVAS

A atuação da perícia contábil, no âmbito da Justiça, tem a ver com decisões as quais os juízes precisam tomar e que envolvem matéria que lhe foge do conhecimento. Tal visão resulta na imputação de responsabilidades para a classe contábil e, mais especificamente, para o profissional perito.

Esses são argumentos que justificam o desenvolvimento de pesquisas a respeito do assunto, visto que a perícia contábil tem significativa atuação em determinadas áreas e em especial no campo a justiça, que é o foco deste trabalho, uma vez que a perícia pode ser instrumento de apoio para os juízes quando os mesmos necessitarem de auxílio.

Acredita-se que para responder às responsabilidades citadas, qual sejam como auxiliares da justiça e demais áreas relacionadas à matéria em questão, o profissional precisa compreender adequadamente qual o papel dele no contexto no qual atua.

É importante que o perito tenha consciência sobre que tipo de trabalho que executa, compreender quais responsabilidades lhe são atribuídas para a execução deste trabalho, ao ponto em que o próprio tenha condições de medir a sua aptidão na execução de suas funções.

O profissional precisa ter uma visão crítica sobre sua própria atuação, o que pode leva-lo a refletir sobre quão relevante (ou não) poderá ser o trabalho desenvolvido por ele. Tendo em vista o fato de que ao ser solicitado entende-se que seja realmente relevante a opinião emitida em seu laudo.

Entende-se que um caminho para se verificar a compreensão do profissional a respeito do significado do trabalho que executa é avaliando a percepção que ele tem a respeito da relevância do seu trabalho no contexto das decisões judiciais.

O trabalho de perícia contábil representa um papel importante na sociedade, tendo em vista que o mesmo é considerado um instrumento capaz de fornecer informações que objetivam auxiliar na elucidação de questões litigiosas, em todas as três esferas (BLEIL; SANTIN, 2008). Tal argumento serve, também, para justificar a proposta do presente trabalho.

Embora não seja o foco deste trabalho vale salientar o aumento da demanda de processos relacionados ao interesse público atualmente, por isso chama atenção



a atuação dos profissionais peritos contábeis também nesses casos envolvendo a prestação de esclarecimentos à sociedade de modo geral. Ao analisar o cenário em questão podemos apontar a relevância da perícia contábil no contexto social.

Assim a função do perito se destaca, porque está inserida como ferramenta de apoio à justiça, de modo que a figura do profissional perito contador, como auxiliador da justiça, contribui de forma significativa por meio de um trabalho que seja muito bem executado por ele.

Ficando evidente que a profissão do perito contábil também se destaca dentre as demais profissões dentro do ambiente judicial e que por sua vez poderá ser na maioria dos casos indispensável pelo magistrado.

O perito contábil tem o dever de ofertar esta contribuição para que a justiça venha a ser praticada com êxito, por intermédio do seu trabalho, sua capacidade intelectual e expertise, o que o torna uma peça fundamentalmente importante na condição de auxiliar da justiça.

Podemos considerar a perícia efetiva, enquanto ferramenta para solução das questões discutidas no âmbito da justiça, quando o trabalho do perito é enaltecido através do Laudo pericial, no momento em que este seja apontado como fundamental para a tomada de decisão do juiz.

No instante, em que se destaca o trabalho da perícia, entende-se que houve efetividade por meio do seu parecer, ao considerar a opinião do perito adequada para decidir a disputa em questão. Ressaltando que um trabalho, se bem executado, pode levar a perícia, e por sua vez o profissional perito contábil a um elevado nível de prestígio em ambientes judiciais e social.

O exercício da perícia contábil é prerrogativa do Contador. Tendo em vista o sentido de regulamentação de uma profissão, há que se considerar que esse profissional tem um papel social relevante a cumprir, quando atuando como perito. Isto é suficiente para justificar a realização deste trabalho como Trabalho de Conclusão de Curso em um Curso de Ciências Contábeis.

Reforçando que esta pesquisa pode servir de apoio para futuros trabalhos conduzindo a resultados que colaborem com a busca de conhecimento na área pesquisada. Isto faz com que a pesquisa seja relevante tanto para os peritos que atuam no mercado de trabalho, o Judiciário e para a comunidade acadêmica.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo será colocada, do ponto de vista teórico-conceitual, a base de sustentação da pesquisa proposta. Assim, o capítulo abordará o Exercício da Perícia Contábil, com o intuito de esclarecer o que faz o perito quando está trabalhando e qual é o produto desse trabalho; Relação Perícia e Justiça, para colocar em evidência as possibilidades de aplicação do trabalho do perito no âmbito da Justiça; e, Efetividade do Laudo Pericial, para esclarecer o que se entende, para efeito de realização da pesquisa, como efeitos do trabalho do perito no contexto da Justiça.

Ainda que o exercício profissional de perícia possa ser desenvolvido em várias áreas, o foco do trabalho é apenas a Perícia desenvolvida no âmbito judicial, isto em virtude da relevância dessa área no contexto social.

### 2.1 EXERCÍCIO DA PERÍCIA CONTÁBIL

Sobre perícia contábil e a relevância de suas técnicas para alcançar a realidade dos fatos e a solução de conflitos relacionados ao patrimônio, identificamos o conceito da perícia sendo “um instrumento especial de constatação, prova ou demonstração, científica ou técnica, da veracidade de situações, coisas ou fatos.” (ALBERTO, 2012, p.3).

Segundo Hoog (2011), o termo perícia deriva do latim *peritia*, que significa conhecimento adquirido pela experiência, utilizado na Roma Antiga onde se valorizava o talento de saber.

Espindula (2009, p. 73) define a perícia “como sendo uma expressão genérica que abriga diversos tipos de exames de natureza especializada, visando esclarecer determinado fato sob a ótica científica”.

A seu modo, Lopes de Sá (2011, p. 3) define perícia contábil como “a verificação de fatos ligados ao patrimônio individualizado visando oferecer opinião, mediante questão proposta”. Esta definição aponta a ligação da perícia com o principal objeto da contabilidade, que é o patrimônio.

Para Pires (2008, p 42) “trata-se de uma análise especializada sobre o fato ou patrimônio em questão. “É a análise técnica que viabiliza a manifestação de uma opinião especializada a respeito de um fato em discussão. Para o Direito, é um meio

de prova que tem por objetivo, na forma estipulado em lei processual, cooperar para que o Poder Judiciário possa amparar a justiça social”.

Dentre os conceitos da Perícia Contábil, Ornelas (2011, p. 15) explana que:

“Inscreve-se num dos gêneros de prova pericial, ou seja, é uma das provas técnicas à disposição das pessoas naturais ou jurídicas, servindo como meio de prova determinados fatos contábeis ou de questões contábeis controvertidas.”

“No Brasil a Perícia contábil foi inserida no ano de 1939 pelo Código de Processo Civil (CPC) e em 1946 foi regulamentada pelo Decreto-lei nº 9.295/46 onde também criou o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e se definiu as competências do contador, após esse movimento pôde-se dizer que a Perícia Contábil se oficializou no país” (MAGALHÃES, 2008, p.3).

Sobre a profissão contábil é preciso reconhecer uma característica que deve ser levada em consideração, é “a aceitação da responsabilidade de agir no interesse público” (NBC PG 100 - CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2014). “O compromisso moral e ético do perito para com a sociedade e para com sua classe constitui o principal lastro de sustentação da realização profissional” (MAGALHÃES, et al., 2009, p. 4). Imediatamente atesta-se o comprometimento para com a sociedade e a classe contábil, ético e moral assumido pelos profissionais de contabilidade no exercício da sua função.

Com o novo Código do Processo Civil Lei 13.105/2015, que exige mais qualificação. O Cadastro Nacional de peritos Contábeis (CNPIC) e o Exame de Qualificação Técnica – Perícia Contábil (EQT Perícia) para aqueles que atuam na área de perícia e na mediação. Segundo o artigo 149, os peritos são auxiliares dos juízes que tem por finalidade levar a realidade dos fatos, mediante as provas disponíveis para a solução das causas. De acordo com a NBC PP 01 – Perito Contábil:

“Perito é o Contador regularmente registrado em Conselho Regional de Contabilidade, que exerce a atividade pericial de forma pessoal, devendo ser profundo conhecedor, por suas qualidades e experiência, da matéria periciada.”

Levando em consideração que a Perícia Contábil é um trabalho realizado pelo profissional contábil devidamente registrado no CRC - Conselho Regional de Contabilidade, com a finalidade de apresentar provas periciais por meio de regimentos técnico-científicos para auxiliar o juiz a decidir o litígio.

A perícia é, assim, o trabalho de materialização fundamentada técnica e cientificamente nos procedimentos utilizados para constatar, demonstrar e provar a veracidade de uma situação, coisa ou fato (ALBERTO, 2012).

A perícia contábil tem como produto o laudo pericial contábil ou o parecer pericial contábil, este desenvolvido pelo perito-contador, conforme estabelece a NBC PP 01 (2009).

O laudo pericial, considerado como o produto do trabalho do perito que é oferecido ao juiz, para que o mesmo venha a utilizá-lo como na tomada de decisão, tendo a função de elucidar de modo adequado, sustentando a opinião do perito, por meio de exames e estudos sobre a matéria periciada. É a conclusão do trabalho pericial, considerado como prova judicial relevante.

No entendimento de Lourenço (2008, p. 23) “a perícia judicial necessita de procedimentos e meios legais para junção aos autos para valer-se de prova técnica que convalide a questão”.

Para Alberto (2012) prova é a demonstração que se faz ao modo da existência, autenticidade e veracidade de um fato ou ato, juridicamente é o meio que convence o juízo da existência do fato em que se baseia o direito da postulante.

Ainda segundo Alberto (2012) dentre as provas admitidas pela justiça brasileira tem-se, depoimento pessoal; confissão; exibição (de documento ou coisa); documento; testemunho; Perícia; inspeção judicial.

## 2.2 RELAÇÃO PERÍCIA CONTÁBIL E JUSTIÇA

A perícia contábil é uma atividade preponderante para o auxílio e tomada de decisão no âmbito judicial em casos em que o Juiz não detenha de conhecimentos técnicos. Desta forma o magistrado solicita que sejam apresentados laudos técnicos para que o auxilie no julgamento do litígio.

De acordo com Venesa (2004, apud Cruz 2008, p. 47 e 48) “O juiz embora se requeira que seja pessoa de razoável cultura, não pode ser especialista em matérias técnicas. Quando o deslinde de uma causa depende de conhecimento técnico, o magistrado se valerá de um ‘perito’ que o auxiliará na questão fática”.

“O sistema contábil brasileiro tem dado diferentes classificações para a perícia, quanto à forma de contratação, realização e a instância onde é a realizada” (NEVES, 2004, p.11). Dentre as classificações será abordado sobre perícia contábil e justiça, que são o nosso objeto de estudo.

A perícia judicial é a que solicitada pelo poder judiciário, a partir do momento em que as partes em processo não entram em consenso. Nestes casos a perícia serve de base dando-lhe suporte para sua sentença.

Entende-se que a perícia judicial é aquela realizada dentro do ambiente judicial, por determinação ou necessidade do magistrado que por sua vez irá requerer o auxílio de conhecimentos técnicos científicos, então, apontamos a figura do profissional especializado para tratar de determinada área ou matéria em questão, oferecendo suporte ao juiz por meio da produção de uma opinião precisa e objetiva.

No entendimento de Lopes de Sá (1997, p. 63) “Perícia contábil judicial é a que visa servir de prova, esclarecendo o juiz sobre assuntos em litígio que merecem seu julgamento, objetivando fatos relativos ao patrimônio aziendal ou de pessoas”. A perícia judicial traduz-se de maneira em que profissionais devidamente preparados e hábeis, estejam comprometidos em exercer este dever nas circunstâncias da lei.

Para Ornelas (2000, p.33) Ao relacionar a perícia contábil a fatos ou questões contábeis, é evidente que estas ou aqueles sempre hão de se referir-se a determinado patrimônio ou parcela deste.

D’Auria (1962, p.124 apud ALBERTO, 2012) explana que:

“A função pericial é, portanto, aquela pela qual uma pessoa conhecedora e experimentada em certas matérias e assuntos examina as coisas e os fatos, reportando sua autenticidade e opinando sobre as causas, essência e efeitos da matéria examinada”.

É imprescindível que o profissional que vai atuar como perito deve demonstrar conhecimentos práticos para emitir uma opinião a respeito da matéria que está sendo julgada.

O perito contábil, ao ser nomeado pelo juiz, tem a função primordial de transformar os fatos relativos à lide, com seu trabalho técnico-científico, em provas que possam expressar em verdade formal (ORNELAS, 2011).

Segundo NEVES JÚNIOR (et al, 2015, p.4), “na maioria dos casos, tem-se o juiz como usuário final, o qual, apesar de não estar restrito ao laudo pericial, emite sua sentença baseado no resultado da análise técnica elaborada pelo perito-contador na peça pericial.”

A partir deste instante em que o juiz fundamenta, analisando a sentença e as razões do seu convencimento, utiliza o laudo pericial com base nas provas técnicas ou científicas apresentadas, o que reforça a efetividade da perícia nesta e em outras situações semelhantes.

### 2.3 EFETIVIDADE DO LAUDO PERICIAL

O laudo pericial é um dos principais documentos para o auxílio a tomada de decisão do juiz, é uma peça técnica, que tem responsabilidade ética, é parte do trabalho da perícia contábil elaborada pelo perito contador.

Duarte e Gerage (2013) comentam que o laudo pericial pode ser considerado a peça mais importante do trabalho pericial. No entanto, Bonder (2012) ressalva que embora a perícia esteja embasada em documentos que comprovem uma situação, a decisão é sempre do julgador, que pode vir a concordar ou não com o laudo, pois o mesmo pode basear seu convencimento em outras provas.

Lopes de Sá (1997 p.45) demonstra que Laudo de Perícia Contábil – (LPC), é o meio em que o perito reproduz seu parecer respondendo aos quesitos exarados pelo juiz e pelas partes obedecendo a hierarquia processual:

Laudo pericial é uma peça técnica, onde o perito contador nomeado expõe dentro dos limites da perícia, sua opinião sobre objeto patrimonial que esteja em perícia de forma imparcial e isenta de interesses. Havendo quesitos, estes serão transcritos e respondidos, primeiro os oficiais e na sequência os das partes (autor e réu) na ordem em que forem juntados aos autos. É bom lembrar que os quesitos formulados pelo independente da ordem de juntada, respeitando-se assim a magistrado deveram ser respondidos primeiro hierarquia processual (Sá 1997, p.45).

Sob o ponto de vista de Alberto (2012) o laudo pericial contábil é a peça escrita, onde o perito deve expor as observações e estudos efetuados em relação à matéria, fundamentos e conclusões sobre suas investigações.

Oliveira (2012) acrescenta que os juízes têm privilegiado a prova pericial, sobrepondo-a muitas vezes a outras provas, quando estas não asseguram uma justa decisão, demonstrando claramente que decisões embasadas em laudos periciais tornam-se, quase sempre, incontestáveis.

Neste sentido, Lopes de Sá (2005) afirma que um laudo precisa atender requisitos mínimos para que possa ser considerado de boa qualidade, são eles: objetividade, rigor tecnológico, concisão, argumentação, exatidão e clareza. De maneira que o Laudo Pericial obedecerá ao máximo o rigor tecnológico para que o tema abordado apoia-se apenas a matéria, ou seja, limita-se ao seu conhecimento científico e sua especialidade.

A reprodução do laudo pericial deve conter alguns itens como nos mostra a NBC TP 01 19/03/2015 no seu item 65:

65. O laudo pericial contábil e o parecer pericial contábil devem conter, no mínimo, os seguintes itens: a) identificação do processo e das partes; b) 23 síntese do objeto da perícia; c) resumos dos autos; d) metodologia adotada para os trabalhos periciais e esclarecimentos; e) relatos das diligências realizadas; f) transcrição dos quesitos e suas respectivas respostas para o parecer técnico-contábil; g) transcrição dos quesitos e suas respectivas respostas para o parecer técnico-contábil, onde houver divergência das respostas formuladas pelo perito do juízo; h) conclusão; i) termo de encerramento, constando a relação de anexos e apêndices; j) assinatura do perito: deve constar sua categoria profissional de contador, seu número de registro em CRC, comprovada mediante CRP- Certidão de Regularidade Profissional e sua função: se laudo, perito do juízo e se parecer, perito-assistente da parte. É permitida a utilização da certificação digital, em consonância com a legislação vigente e as normas estabelecidas pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – IPC-Brasil; k) para elaboração de parecer, aplicam-se o disposto nas alíneas acima no que couber.

O quadro a seguir demonstra alguns aspectos e requisitos na elaboração do laudo.

**Quadro 1: Requisitos do laudo pericial**

**(continua)**

<b>Requisitos extrínsecos:</b> deve ser lavrado na forma escrita e assinado pelo perito, de forma a garantir sua procedência e rubricado em todas as suas folhas, evitando a possibilidade de substituição.
<b>Requisitos intrínsecos:</b> ser completo, claro, circunscrito ao objetivo da perícia e fundamentado.

**Quadro 1: Requisitos do laudo pericial****(continuação)**

<b>Objetividade:</b> exclusão de julgamentos com bases “pessoais” ou “subjetivas”. O perito não deve divagar, mas ater-se à matéria respeitando sua disciplina de conhecimento. Sua opinião não é embasada em suposições, mas sim em conhecimento.
<b>Rigor Tecnológico:</b> o laudo deve limitar-se ao que é reconhecido como científico no campo da especialidade.
<b>Concisão:</b> no laudo evita-se o prolixo, deve ater-se ao assunto e responder satisfatoriamente, porém não ao absurdo da exclusão de argumentos.
<b>Argumentação:</b> o perito deve estar embasado para alegar sua conclusão ou dar sua opinião.
<b>Exatidão:</b> o perito não deve supor, mas só afirmar com absoluta certeza sobre o que opina.
<b>Clareza:</b> o laudo deve ser dirigido para terceiros, que não possuem a obrigação do entendimento de terminologias da tecnológica e científica da contabilidade.

Fonte: adaptado de Ornelas (2011) e Sá (2010).



### 3 METODOLOGIA

Neste capítulo será abordada a metodologia que foi seguida com o intuito de realizar a pesquisa, os procedimentos comentados irão explicar as atividades que foram executadas para sua realização.

De acordo com Rodrigues (2007, p. 2) “metodologia científica é um conjunto de abordagens, técnicas e processos utilizados pela ciência para formular e resolver problemas de aquisição objetiva do conhecimento, de uma maneira sistemática”. Ainda segundo o autor a pesquisa exploratória se constitui no tipo de pesquisa que permite maior aprofundamento no tema abordado.

Este estudo é classificado como exploratório de levantamento ou *survey*, de cunho qualitativo. Gil (2012, p. 55) define este tipo de pesquisa como “[...] caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer”.

Os levantamentos tipo *survey* visam fornecer conhecimento sobre uma área particular de interesse por meio da coleta de informações sobre indivíduos ou sobre os ambientes desses indivíduos (FORZA, 2002).

A pesquisa exploratória é a que permite um aprofundamento acerca do conhecimento do tema abordado, tornando-o mais claro, pois pesquisas exploratórias são úteis para a abordagem de temas pouco explorados (MUNARETTO, CORRÊA; CUNHA, 2013).

O universo da pesquisa foi composto por todos os peritos contábeis registrados na lista acessível ao público na página online do Cadastro Nacional de Peritos(<https://www.cadastronacionaldeperitos.com/index.php/resultado-da-busca-por-peritos/paraiba>), enquanto a amostra foi obtida por acessibilidade, com um total de 119 peritos cadastrados, deste total 17 responderam ao questionário.

A consulta foi realizada no período de 20 de Julho de 2018 até 10 de Setembro de 2018.

Mantivemos contato pessoalmente com Conselho Regional de Contabilidade (CRC), que autorizou a aplicação do questionário de forma experimental, ou seja, um teste, em dois eventos realizados pelo órgão, eventos esses voltados apenas para profissionais atuantes na perícia contábil.

Neste primeiro momento obteve-se um feedback por parte dos respondentes a respeito do questionário, onde foram sugeridos alguns ajustes e melhores esclarecimentos em algumas perguntas que foram reformuladas para facilitar a compreensão a respeito do que estava sendo investigando.

O peritos sugeriram também que fosse elaborado a versão online do questionário para facilitar a divulgação do mesmo, permitindo que outros profissionais pudessem participar colaborando com a pesquisa.

Foram enviados os questionários utilizando o correio eletrônico, com auxílio da ferramenta Google Docs, para os peritos e também para o CRC, que se disponibilizou para publicar o link do questionário em suas páginas nas redes sociais, durante o período da consulta. Preenchido o instrumento da pesquisa, organizou-se os dados para que fossem tratados e analisados.

### 3.1 DADOS E O TRATAMENTO

O questionário com 12 perguntas remetido para os respondentes, teve duas partes distintas. A primeira cuidou de traçar o perfil dos respondentes, enquanto a segunda cuidou de coletar obter evidências a respeito da percepção dos respondentes sobre a efetividade do laudo pericial.

A parte do questionário que buscou dados para avaliar a percepção dos respondentes a respeito da efetividade da perícia foi elaborada na forma de uma Escala de Likert, de cinco pontos, a qual foram atribuídos os seguintes pesos: Valores de 5, para a primeira opção, 4 para a segunda opção, 3 para a terceira opção, 2 para a quarta opção e 1 para a quinta opção.

Tendo em vista que a percepção de cada pessoa se constitui em uma noção particular que ela carrega, isto em função, entre outros aspectos, de valores que carrega, a resposta à questão de pesquisa será obtida diretamente daquela percepção, a qual será evidenciada neste trabalho na forma de estatística descritiva.

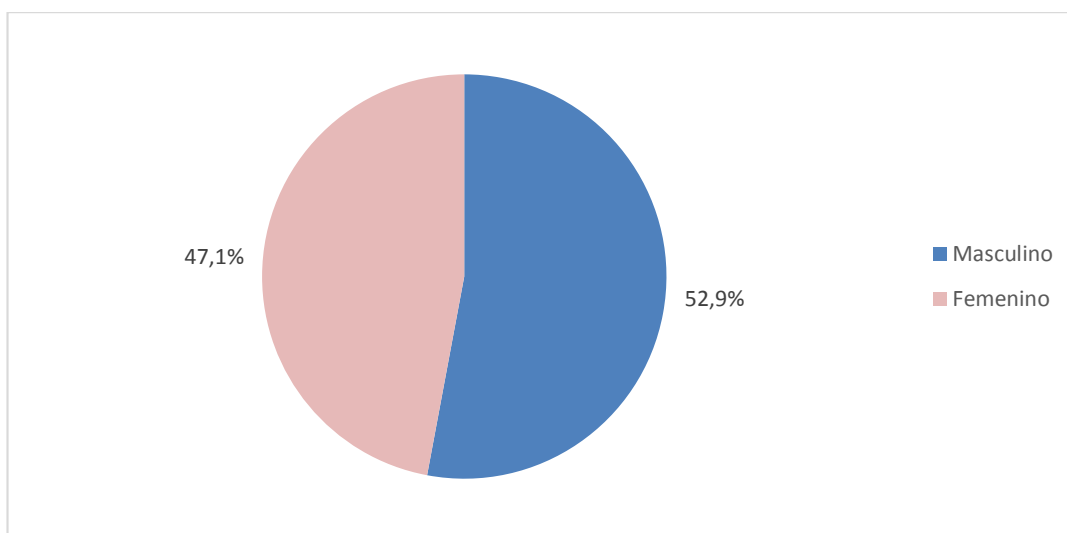
## 4 ANÁLISE DOS DADOS

Nesta parte do estudo foram apresentados os resultados da pesquisa, segregados entre perfil dos profissionais e percepção dos peritos contábeis quanto à efetividade da perícia contábil na solução de questões discutidas no âmbito da Justiça.

### 4.1 ANÁLISE DO PERFIL

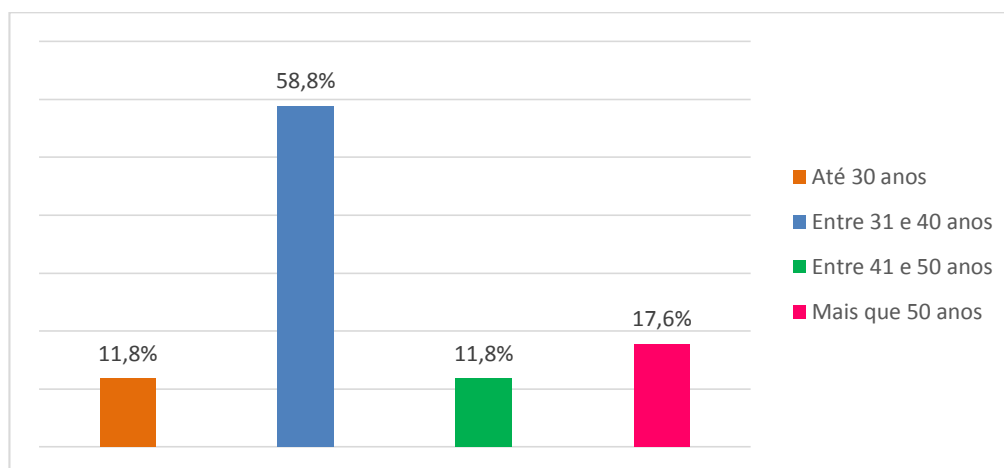
A análise do perfil se constitui na montagem de uma base de compreensão a qual, além de trazer esclarecimentos que contribuirão para o alcance da solução do problema de pesquisa definido neste trabalho, oferecerá subsídios para trabalhos futuros.

Gráfico 1 - Gênero



Fonte: Elaborado pela autora (2018)

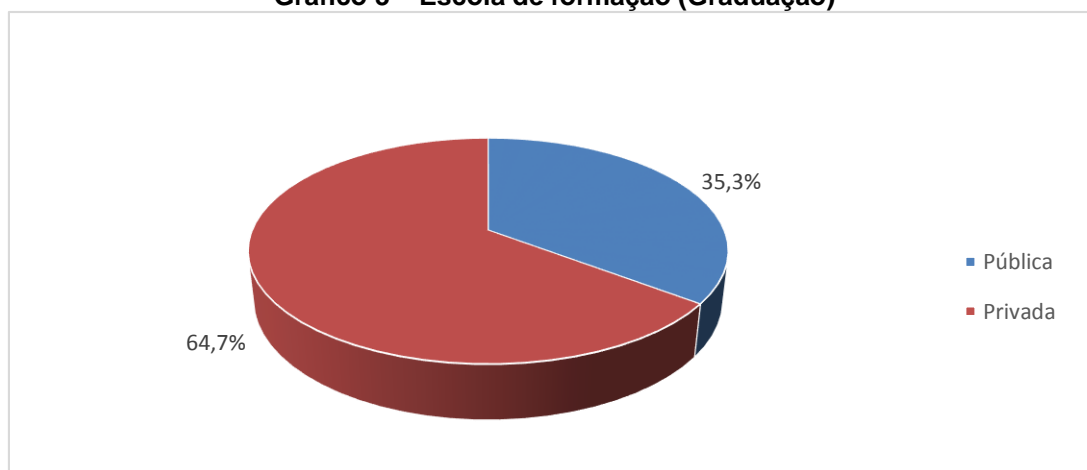
De acordo com a amostragem no Gráfico nº 1, constatou-se que 47,1% dos peritos são do gênero feminino, enquanto 52,9% são do gênero masculino. Nota-se pelos percentuais evidenciados que no ambiente pesquisado o exercício da perícia não tem a representação destacada de um dos gêneros, ou seja, o exercício da perícia contábil está bastante diversificado entre homens e mulheres.

**Gráfico 2 – Faixa etária**

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Em relação à faixa etária, no Gráfico nº 2, constatou-se que a maior parte compõe a faixa que vai dos 31 aos 40 anos, representando 58,8% dos respondentes. Nas demais faixas etárias há um equilíbrio, com uma pequena vantagem na faixa composta pelos respondentes com mais que 50 anos.

Olhando-se para o resultado por uma ótica de agrupamento, é relevante perceber que 88% dos respondentes estão em faixa etária acima dos 30 anos, o que demonstra que o exercício da perícia está sendo desenvolvido por profissionais que já carregam experiência, isto considerando que a maior parte dos formados em Ciências Contábeis conclui o curso antes dos 25 anos. Isto pode ser um indicativo que o trabalho de perícia desenvolvido neste ambiente pode ter uma qualidade boa.

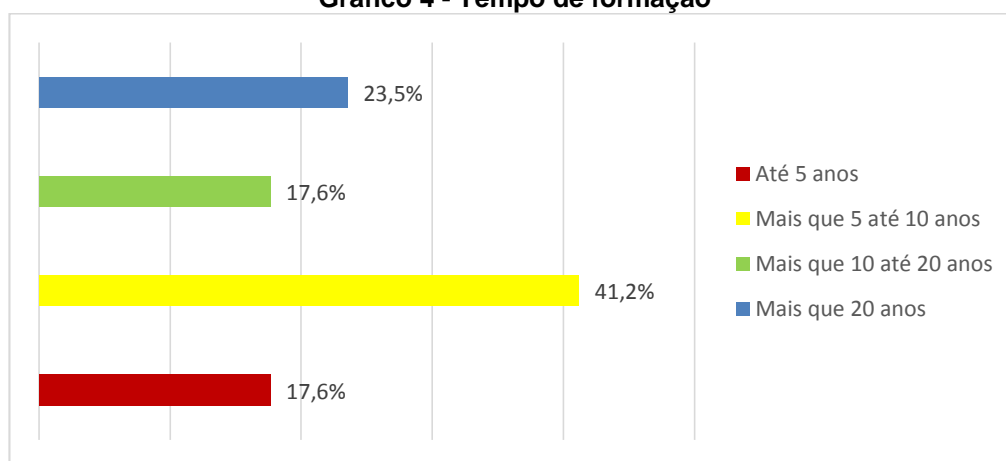
**Gráfico 3 – Escola de formação (Graduação)**

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Em relação à instituição escolar, no Gráfico nº 3, constatou-se 64,7% dos respondentes foram graduados em instituições privadas, enquanto 35,3% são graduados em instituições públicas. Este percentual retrata bem a distribuição da formação em Ciências Contábeis, no estado da Paraíba, e particularmente na cidade de João Pessoa, entre escolas da área pública e escolas da área privada.

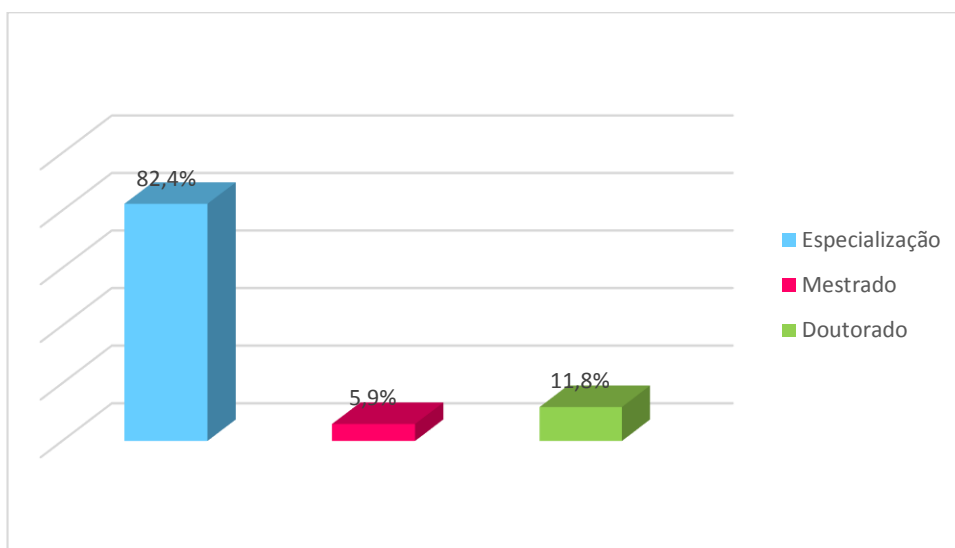
Chama atenção a baixa participação de alunos graduandos nas universidades públicas, é possível que os mesmos não tenham se interessado em ingressar na profissão de perito contábil.

**Gráfico 4 - Tempo de formação**



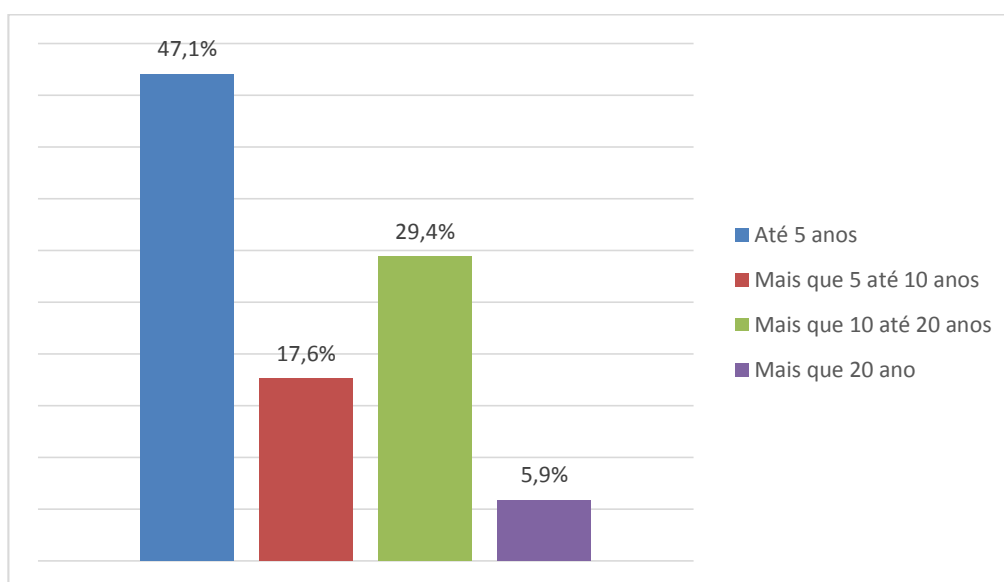
Fonte: Elaborado pela autora (2018)

No Gráfico nº 4, com relação ao tempo de formação, como já era esperado a partir das informações contidas no Gráfico nº 2 deste trabalho, que aponta a maioria dos respondentes tendo idade abaixo dos 31 anos, ficou constatado que a maioria dos respondentes situa-se na faixa entre 5 e 10 anos de formação, ou seja do término da graduação. Nas demais faixas, 23,5% dos respondentes são formados há mais de 20 anos, 17,6% tem entre 10 a 20 anos de formação, e os que tem até cinco anos de formação também somam 17,6%.

**Gráfico 5 - Formação complementar**

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

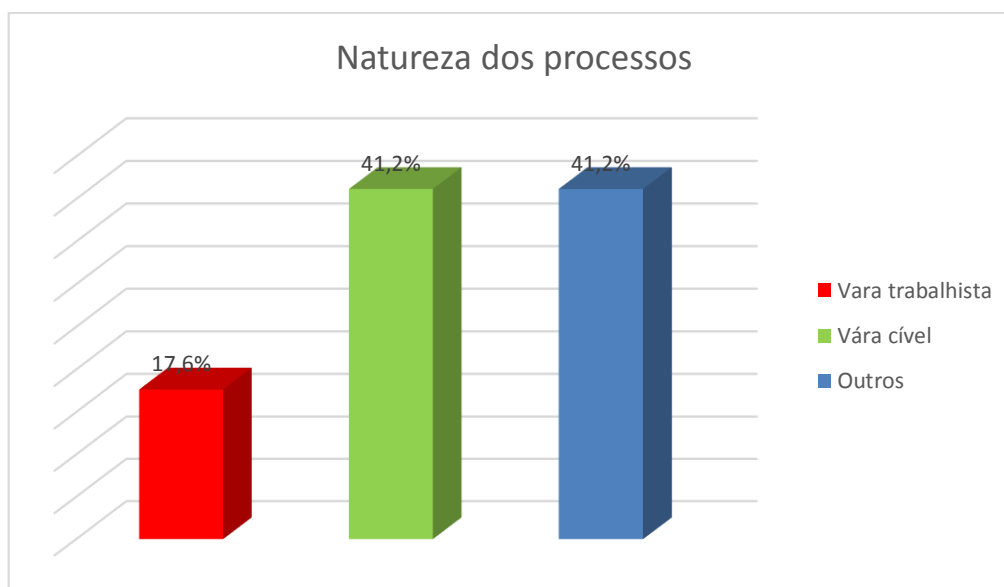
No que se refere à formação complementar, conforme demonstrado no Gráfico nº 5, 82,4% afirmaram ter título de especialista, o que se constitui em um percentual elevado. Por outro lado, no que diz respeito aos títulos de mestrado e doutorado, apenas 5,9% possuem mestrado, enquanto que 11,8% possuem doutorado.

**Gráfico 6 - Tempo de exercício da perícia contábil**

Fonte :Elaborado pela autora (2018)

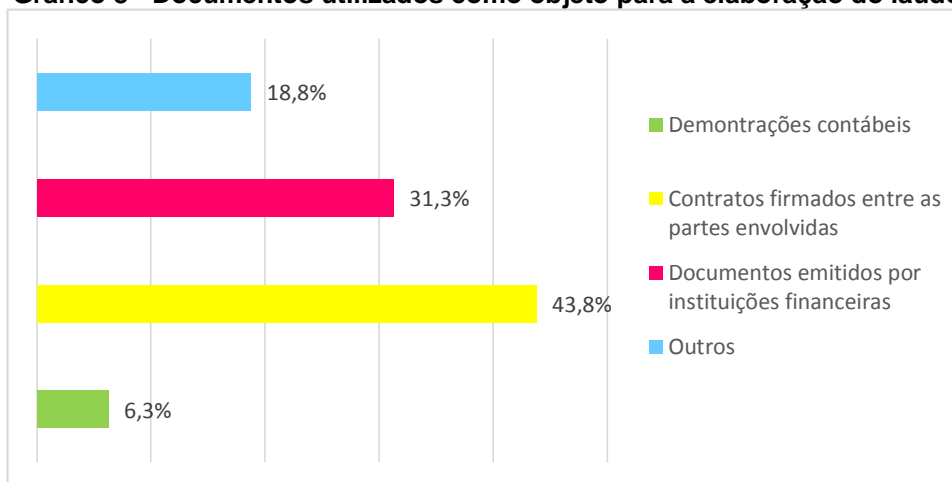
Em relação ao tempo de atuação como perito contábil, no Gráfico nº 6, a maioria, correspondente a 47,1% dos respondentes, tem até 5 anos de atuação, 29,4% têm a atuação profissional na faixa entre 10 e 20 anos, 17,6% atuam entre 5 e 10 anos, apenas 5,9% dos respondentes atuam a mais de 20 anos.

**Gráfico 7 - Natureza dos processos em que já atuou**



Fonte: elaborado pela autora (2018)

No Gráfico nº 7, buscou-se conhecer sobre a natureza dos processos em que os peritos já atuaram, constatou-se que nenhum dos respondentes atuou nas varas familiar e criminal, 17,6% já atuaram na vara trabalhista, 41,2% atuaram na vara cível, 41,2% atuaram em outras varas e nas demais citadas, ou seja, há de se considerar a atuação dos peritos outras e nas demais varas da justiça.

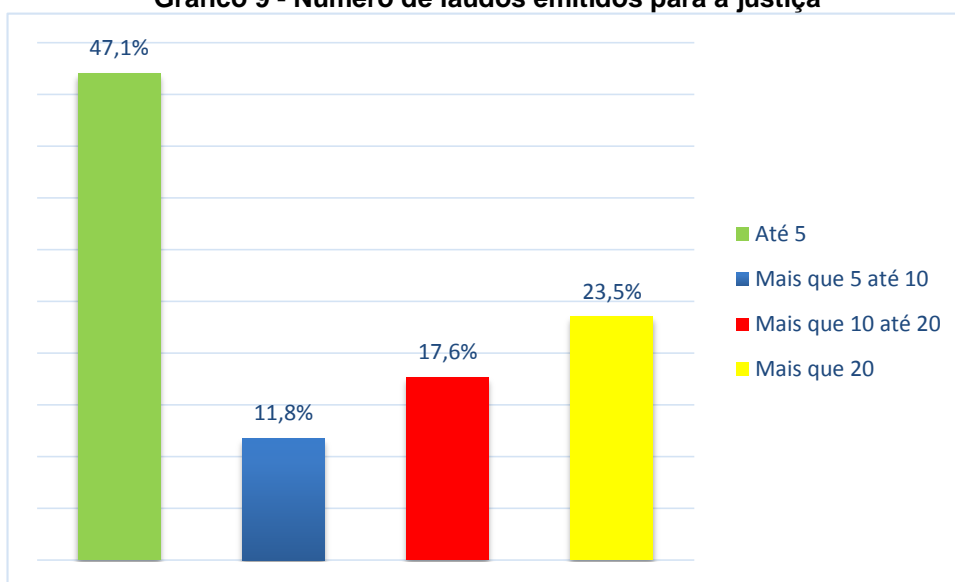
**Gráfico 8 - Documentos utilizados como objeto para a elaboração do laudo**

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Quanto aos documentos utilizados nos processos de perícia, no Gráfico nº 8, convém perceber que tais documentos dependem da natureza da questão a respeito da qual o perito é chamado a se posicionar. Neste sentido, 43,8% são documentos emitidos por instituições financeiras, ou seja, a maioria dos respondentes trabalhou com informações produzidas por bancos ou por outras instituições de créditos para emissão do seu parecer. Enquanto 31,3% analisaram contratos firmados entre as partes, 6,3% utilizaram demonstrações contábeis e 18,8% se apoiaram em outros documentos e nos demais citados, possivelmente devido ao fato da atuação destes peritos nas demais varas da justiça conforme o gráfico anterior apontou.

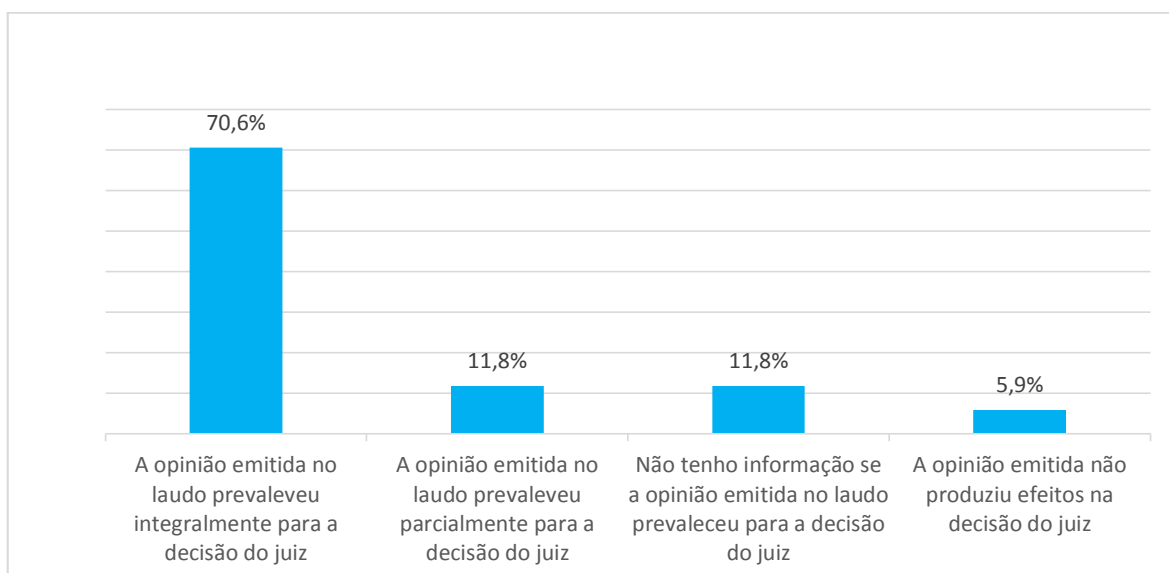
Vale chamar a atenção para o fato da baixa utilização de documentos emitidos pela contabilidade, o que pode ser um indício que não há muitas questões envolvendo disputas patrimoniais sendo levadas à Justiça.



**Gráfico 9 - Número de laudos emitidos para a justiça**

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Em relação ao número de laudos emitidos, Gráfico nº 9, constatou-se que 47,1% dos respondentes emitiram até 5 laudos, o que está situado na faixa mais baixa, o que evidencia que a experiência na emissão de laudos não é grande, ou pode também ser em função da pulverização do número de peritos. Quanto às demais faixas, 23,5% emitiram mais de 20 laudos, 17,6% emitiram mais que 10 até 20 laudos e 11,8% emitiram mais que 5 até 10 laudos.

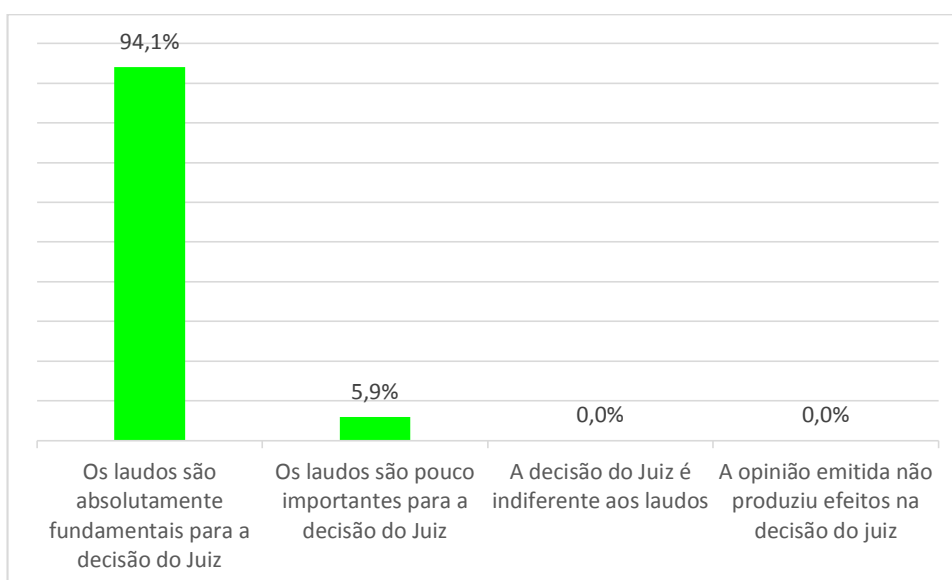
**Gráfico 10 - Opinião sobre a efetividade da Perícia na Justiça**

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Observou-se no Gráfico nº 10, que 70,6% dos respondentes considera que a opinião emitida nos laudos prevaleceu para a decisão do juiz, 11,8% responderam que a opinião emitida prevaleceu parcialmente para decisão do magistrado, outros 11,8% responderam não ter informações se a opinião emitida prevaleceu para a decisão do juiz enquanto 5,9% disseram que a opinião emitida não produziu efeito na decisão do juiz.

Os percentuais apresentados demonstram que os respondentes apresentam uma percepção positiva em relação à significância do laudo em relação à solução de questões as quais demandam a opinião de um perito. Em outros termos, a percepção dos peritos é no sentido de o produto do seu trabalho, qual seja, o laudo pericial, está sendo aproveitado como apoio à decisão do juiz.

**Gráfico 11 - De acordo com sua percepção**



Fonte: Elaborado pela autora (2018)

O Gráfico nº 11, procurou-se identificar a percepção dos peritos contábeis em relação à efetividade da perícia contábil, na solução de questões discutidas no âmbito da Justiça, considerado importante a utilização do laudo na sentença emitida pelo juiz. A maioria dos respondentes, totalizando 94,1% considera que os laudos periciais são absolutamente fundamentais para a decisão do juiz, enquanto 5,9% consideram os laudos pouco importantes para a decisão do juiz.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo identificar a percepção dos peritos contábeis em relação à efetividade da perícia contábil, na solução de questões discutidas no âmbito da justiça. Em tais situações, o exercício da perícia é necessário visto que a atuação da perícia contábil, no âmbito da justiça, tem a ver com decisões que os juízes precisam tomar e que envolvem matéria que lhe foge do conhecimento.

Sobre a percepção dos peritos a respeito da efetividade dos laudos emitidos perante a justiça paraibana, observou-se, de acordo com os dados obtidos que, a maior parte dos respondentes atesta que o laudo prevaleceu integralmente para a decisão do juiz.

Sobre o problema de pesquisa proposto, pode-se considerar respondido, visto que ficou evidentemente constatado pela maioria dos respondentes, a respeito da efetividade da perícia contábil, na percepção dos peritos, na solução de questões discutidas no âmbito da justiça, que os laudos são absolutamente fundamentais para a decisão do juiz, principalmente na apresentação do seu produto final, que é o laudo pericial, objeto de persuasão e apoio para o juiz.

Sobre a efetividade do laudo ou parecer pericial, e a perícia contábil judicial, que é o foco deste trabalho, a pesquisa contribuiu de maneira positiva, confirmando-se a eficácia, do trabalho do perito, quando apresentados e interpretados os seus resultados, apoiando ao magistrado nas decisões em que envolvam a perícia contábil e justiça.

Pode-se considerar que tais resultados teriam grande cooperação para a comunidade acadêmica e para os profissionais da contabilidade que atuam nas varas judiciais, trazendo aprimoramento e relevância ao trabalho do perito.

Portanto a perícia contábil é um instrumento que auxilia o judiciário, e precisa ser executada com responsabilidade, esforço e dedicação, assim, seu trabalho irá propiciar ao magistrado condições para poder interpretar os fatos em questão, e por sua vez, solucionar a decisão do litígio.

Cabe ao profissional perito contador como auxiliar da justiça, exercer a função de maneira equilibrada, aperfeiçoar sua capacidade técnica, moral e social, já que seu trabalho tem uma relevante contribuição e benefício para que haja justiça social.

Uma limitação da pesquisa foi o fato de estudo ser delimitado para as respostas dos peritos contábeis do estado da Paraíba contidos na página online do Cadastro Nacional de Peritos (<https://www.cadastronacionaldeperitos.com/index.php/resultado-da-busca-por-peritos/paraiba>), direcionado para responder os objetivos, dos 119 profissionais cadastrados, 17 responderam ao questionário enviado.

É possível que o presente estudo possa embasar futuras pesquisas acerca do tema abordado, pode-se utilizar outras metodologias, ou buscar um outro universo para ser explorado, por exemplo, para os magistrados, que utilizam-se deste produto, certamente seria interessante levar em consideração a opinião dos mesmos sobre a efetividade dos laudos.

## REFERÊNCIA

ALBERTO, Valder Luiz Palombo. **Perícia Contábil**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2012. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522478026/cfi/32!/4/2@100:0.00>>. Acesso em: 11 de Set de 2018.

ALBERTO, Valder Luiz Palombo. **Perícia Contábil**. 4º Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

ALBERTO, Valder Luiz Palombo. **Perícia Contábil**. São Paulo: Atlas, 1996.

BLEIL, Claudedir; SANTIN, Luciane Aparecida Badalotti. **A perícia contábil e sua importância sob o olhar dos magistrados**. Disponível em: <[http://www.ideal.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/130\\_1.pdf](http://www.ideal.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/130_1.pdf)>. Acesso em: 10 de Jun. 2018.

BLEIL, Claudedir; SANTIN, Luciane Aparecida Badalotti. **A perícia contábil e sua importância sob o olhar dos magistrados**. Disponível em: <[http://www.ideal.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/130\\_1.pdf](http://www.ideal.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/130_1.pdf)>. Acesso em: 11 de Jun. 2018.

BONDER, Márcio Lavies. A contabilidade de mãos dadas com a justiça. **JC Contabilidade**, Porto Alegre, nº 21, p.4, 17 out. 2012. Entrevista concedida à GilvâniaBanker.

BRASIL, **Código de Processo Civil e Constituição Federal**. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm)>. Acesso em 17 Ago.de 2018.

COSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **NBC TP 01: Perícia Contábil**. Brasília, 2015. Disponível em: <[http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?codigo=2015/NBCTP01](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2015/NBCTP01)>. Acesso em: 08 de Ago de 2018

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **NBC PG 100 – Aplicação Geral aos Profissionais da Contabilidade**. Brasília, 2014. Disponível em: <[http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2014/NBCPG100](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2014/NBCPG100)>. Acesso em: 30 Jun 2018.

CRUZ, Wellington do Carmo. **Perícia contábil & lides fiscais municipais**. Curitiba: Juruá, 2008.

DAS NEVES JÚNIOR, Idalberto José et al. **Perícia Contábil em Atos de Improbidade**. Disponível em: <[http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso\\_internacional/anais/6CCF/60\\_17.pdf](http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso_internacional/anais/6CCF/60_17.pdf)>. Acesso em: 25 set. de 2018.

D'AURIA, Francisco. **Revisão e perícia contábil**. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1962.

DUARTE, Ananias Lázaro Ramos; GERAGE; Taís Vieira. Certificação do conhecimento do perito-contador. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, ano XLII, v. 42, n. 204, p.13-23, nov./dez. 2013. Disponível em: <<https://cfc.org.br/rbc/revista-brasileira-de-contabilidade-no-204/>> Acesso em: 22 de Jun de 2018

ESPINDULA, Alberi. **Perícia Criminal e Cível: uma visão geral para peritos e usuários da perícia**. 3. Ed. Campinas: Millennium, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2012.

HOOG, W. A. Z. **Perícia Contábil: Normas Brasileiras Interpretadas**. 4. Ed. Curitiba: JuruáEditora, 2011.

LOURENÇO, Fernando Jose da Conceição. **Perícia Contábil**. Franca: Uni-FACEF, 2008.

MAGALHÃES, Antônio de Deus Farias *et al.* **Perícia contábil: uma abordagem teórica, ética, legal, processual e operacional**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MAGALHÃES, A. D. F. **Perícia Contábil uma abordagem teórica, ética, legal, processual e operacional: casos praticados**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MUNARETTO, L. F.; CORRÊA, H. L.; CUNHA, J. A. C. Um estudo sobre as características do método Delphi e de grupo focal, como técnicas na obtenção de dados em pesquisas exploratórias. **Revista de Administração da UFSM**, v. 6, n. 1, p. 9-24, 2013.

ORNELAS, Martinho Maurício Gomes de. **Perícia contábil**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

OLIVEIRA, Álan Teixeira de. **A relação entre o tipo penal e a prova pericial contábil: evidências nos laudos contábeis da perícia criminal federal sobre o crime de apropriação indébita previdenciária.** 2012. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/T.12.2012.tde-11072012-164606. Acesso em: 22 de Jun de 2018.

PIRES, Marco Antônio Amaral. **Laudo pericial contábil na decisão Judicial.** 2. Ed. Curitiba: Juruá, 2008.

RODRIGUES, William Costa. **Metodologia científica.** 2007.

SÁ, Antônio Lopes. **Perícia contábil.** 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo; GOMES, José Mário Matsumura. **Fundamentos de perícia contábil.** V. 18. São Paulo: Atlas, 2006.

PERÍCIA CONTÁBIL:**NBC TP 01 e NBC PP.** Disponível em: <<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/nbc-tp-01-2015.htm>.> Acesso em 08 de Ago de 2018.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2005.

## ANEXOS

### QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Este questionário é parte integrante do Trabalho de Conclusão de Curso em Bacharelado em Ciências Contábeis, da Universidade Federal da Paraíba, UFPB, especificamente ao trabalho denominado “**Perícia contábil e Justiça: opinião de Peritos Contadores sobre a efetividade dos laudos emitidos no âmbito da Justiça paraibana**”, desenvolvido pela formanda Maria Sueli Filgueira da Silva. Ressalta-se que por se tratar de um trabalho acadêmico, o respondente não será identificado, ficando assegurado o sigilo das respostas.

#### PARTE I – (Perfil do respondente)

##### 1 - Gênero

( ) – Masculino ( ) - Feminino

##### 2 - Faixa etária

- ( ) - Até 30 anos
- ( ) – entre 31 e 40 anos
- ( ) – entre 41 a 50 anos
- ( ) – mais que 50 anos

##### 3 - Escola da formação (graduação)

- ( ) – Pública
- ( ) – Privada

##### 4 - Tempo de formação

- ( ) – até 5 anos.
- ( ) – mais que 5 até 10 anos.
- ( ) – mais que 10 até 20 anos.
- ( ) – mais que 20 anos.



**5 - Formação complementar:**

- ( ) – Especialização
- ( ) – Mestrado
- ( ) - Doutorado

**6 - Tempo de exercício da perícia contábil**

- ( ) – até 5 anos.
- ( ) – mais que 5 até 10 anos.
- ( ) – mais que 10 até 20 anos.
- ( ) – mais que 20 anos.

**PARTE II – (Informações sobre o exercício da perícia)****7 - Natureza do processo**

- ( ) - Vara trabalhista
- ( ) - Vara familiar
- ( ) - Vara Cível
- ( ) – Vara criminal
- ( ) – Outra \_\_\_\_\_

**8 – Documentos utilizados como objeto para a elaboração do laudo**

- ( ) - Demonstrações contábeis
- ( ) - Contratos firmados entre as partes envolvidas
- ( ) - Documentos emitidos por instituições financeiras
- ( ) - Outro (especificar) \_\_\_\_\_

**9 - Número de laudos emitidos para a Justiça**

Ano	Número de laudos
2017	
2016	
2015	
2014	
2013	

**10 - Número de convocações com recusa.**

Ano	Convocações recusadas
2017	
2016	
2015	
2014	
2013	

**11 - Opinião sobre a efetividade da Perícia na Justiça**

- ( ) – Os laudos são absolutamente fundamentais para a decisão do Juiz;
- ( ) – Os laudos são pouco importantes para a decisão do Juiz;
- ( ) – A decisão do Juiz é indiferente aos laudos.
- ( ) – Os laudos são pouco relevantes para a decisão do Juiz.
- ( ) – Os laudos são absolutamente irrelevantes para a decisão do Juiz.

**12 – De acordo com a sua percepção**

- ( ) – A opinião emitida no laudo prevaleceu integralmente para a decisão do juiz.
- ( ) – A opinião emitida no laudo prevaleceu parcialmente para a decisão do juiz.
- ( ) – Não tenho informação se a opinião emitida no laudo prevaleceu para a decisão do juiz.

**Qual a efetividade da perícia contábil, na percepção dos peritos, na solução de questões discutidas no âmbito da Justiça?**

Análise:

Será atribuído os valores de 5, para a primeira opção, quanto para a segunda opção, 3 para a terceira opção, 2 para a quarta opção e 1 para a quinta opção.

Número	Opção	Valor
8	1	8
5	2	10
0	3	0
12	4	48
5	5	25

**EXEMPLIFICANDO**

Soma = 91

Total = 150

% = 60,66%

0% - 30% - baixa efetividade

31% - 60% - média efetividade

61% - 90% - alta efetividade

100% - Excelente efetividade